



## Congresso analisa veto a reajuste no Imposto de Renda

Além da polêmica sobre a correção na tabela, pauta da sessão conjunta de amanhã inclui outros oito vetos, novo sistema para votação de vetos e o Orçamento de 2015 da União

**R**eajuste de 6,5% na tabela progressiva mensal de retenção do Imposto de Renda Pessoa Física foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, que defende o índice de 4,5% para não deixar de arrecadar R\$ 7 bilhões.

Os outros oito vetos que serão examinados por senadores e deputados tratam de contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos, jornada de traba-

lho de psicólogos, concessão de incentivos fiscais, transporte escolar, definição da linha de pobreza, Lei de Diretrizes Orçamentárias, contrato de trabalho de corretores de imóveis e Estatuto da Metrôpole.

Podem ser aprovados ainda o uso da cédula eletrônica para a votação dos vetos e o relatório sobre o Orçamento de 2015, já incluindo as emendas dos parlamentares eleitos em outubro. **3**

**Lava-Jato não pode paralisar trabalho da Casa, dizem senadores **7****

**Senado recebe doações para desabrigados por cheia no Acre **2****

**Projetos da reforma política estão na pauta desta semana **6****

especial  
**Cidadania**



Pedro França/Agência Senado

Senadoras da atual legislatura tomam posse em 1º de fevereiro deste ano

### Senado discute participação maior da mulher no poder

O Mês da Mulher em 2015 coincidiu com o debate sobre formas de aumentar a participação feminina na política. O tema foi discutido na semana passada em evento da Procuradoria da Mulher do Senado. Entre as propostas, há um pro-

jeto que aumenta a cota mínima de candidatas às eleições, por partido, e outro que reserva às mulheres pelo menos uma cadeira por estado no Senado. Amanhã sete mulheres receberão o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. **4 e 5**

### Caminhoneiros pedem redução de impostos

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes da categoria que até semana passada promoveram paralisações nas estradas de todo o país anunciaram que hoje vão negociar com o governo. Eles reivin-

dicam redução de PIS e Confins sobre o diesel, tabela mínima de preço de frete, abertura de linha de crédito especial, um fórum permanente de debate e o perdão de multas e notificações aplicadas nas paralisações. **8**



Gerardo Magela/Agência Senado

O senador Paulo Paim (C), entre debatedores da audiência, defendeu a correção da tabela de frete sempre que o diesel subir

Diploma Mulher-Cidadã  
Bertha Lutz

14ª Premiação

**2015**

Bertha Lutz (1894–1976) foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil e é conhecida como uma grande líder na luta pelo direito ao voto para as mulheres brasileiras.

O Diploma Bertha Lutz, criado em 2001 pelo Senado Federal, tem por objetivo homenagear as mulheres por meio do reconhecimento do protagonismo das premiadas na luta pela transformação social e igualdade de gênero.

*A transformação social se faz com coragem e determinação*



Secom | Publicidade e Marketing

Sessão Solene do  
Congresso Nacional  
Dia Internacional da Mulher

Data: 11/03/2015  
Hora: 14h  
Local: Plenário do Senado Federal



São sete os postos de coleta instalados na Casa. Podem ser doados alimentos não perecíveis, produtos de limpeza, roupas, fraldas e água. Iniciativa é do senador acriano Gladson Cameli



Para Gladson Cameli, que teve a ideia de recolher doativos na Casa, objetivo "é reunir os brasileiros em prol do estado"

## Senado recolhe doações para vítimas da enchente no Acre

OS SERVIDORES E os frequentadores dos prédios do Senado já podem fazer doações de alimentos não perecíveis, produtos de limpeza, roupas, fraldas descartáveis e água aos habitantes do Acre que foram desabrigados pelas enchentes. A iniciativa de trazer para o Senado a campanha ACREdite na Solidariedade #Brasília é de Gladson Cameli (PP-AC).

— As águas começaram a baixar e tem início agora o trabalho de limpeza. As famílias estão retornando às suas residências. É hora de retomar a vida normal, reconstruir o que foi danificado. A ideia é unir todos os brasileiros em prol

do Acre, que está precisando. Sérgio Petecão (PSD-AC) explicou que apenas com a baixa do volume do Rio Acre será possível saber o número exato de pessoas atingidas pela cheia. O senador estimou que haja 100 mil vítimas.

— Só dá para ter a dimensão do que estamos passando se você for lá e ver de perto. Qualquer apoio é bem-vindo. Só tenho a agradecer a todos que estão ajudando, porque este é um momento de muita dificuldade para o acriano. O povo brasileiro precisa ajudar.

O servidor do Senado Jean François Cleaver foi o primeiro a entregar um pacote de doações. Ele afirmou que leu

no jornal sobre a campanha e decidiu contribuir.

— É gente que está passando mal, gente que está sofrendo — disse.

São sete os pontos de coletas de doações para os atingidos pelas enchentes no Acre instalados no Senado. Ficam nas portarias dos Anexos 1 e 2 e do Interlegis, na entrada do edifício 7, no centro administrativo e nas entradas do ILB e do antigo SIS. As doações serão recebidas até o dia 23.

Gladson explicou que foi firmado um acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB) e com uma empresa privada de aviação para levar os doativos arrecadados ao Acre.

### Gladson pede que bancos ofereçam crédito emergencial a agricultores atingidos

Gladson Cameli (PP-AC) pediu mais apoio público para recuperação das cidades acrianas atingidas pela enchente do Rio Acre, a pior dos últimos 135 anos.

O senador disse que somente com a destruição das pequenas lavouras de subsistência o prejuízo é de mais de R\$ 52 milhões. Também o comércio foi atingido. Por isso, ele pediu mais linhas de crédito emergenciais para comerciantes, pequenos produtores e cooperativas.

— A reconstrução das cidades poderá ser feita em menos tempo se conseguirmos um atendimento diferenciado para sua população pelos programas federais, como o Minha Casa, Minha Vida. Chamo a atenção do Banco do Brasil, da Caixa e do Banco da Amazônia.

### Petecão questiona demora do estado para entregar casas a desabrigados

Sérgio Petecão (PSD-AC) agradeceu a sensibilidade do governo federal com o drama do Acre, que sofre as consequências de uma grande enchente, e manifestou indignação com as notícias de que o governo do estado aproveitará a visita da presidente Dilma Rousseff, amanhã, para entregar novas casas aos desabrigados. Para Petecão, não faz sentido a demora no socorro.

— Não deu tempo de fazer essas casas em uma semana. A imprensa está divulgando que a presidente Dilma vai entregar. Graças a Deus, ela vai lá para entregar essas casas. Ora, se as casas estavam prontas, por que é que não já foram entregues à população?



Moreira Menezes/Agência Senado

### Adiada sessão em homenagem a Américo Vespúcio

A Presidência do Senado comunicou que a sessão especial prevista para ontem de manhã, no Plenário, em comemoração ao transcurso dos 560 anos de nascimento do navegador italiano Américo Vespúcio foi adiada. A nova data da homenagem ainda não foi definida.

### Ataídes Oliveira diz que Pronatec é "o maior estelionato eleitoral" da presidente Dilma

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) vem apresentando tantos problemas que já foi transformado no maior estelionato eleitoral de campanha da presidente Dilma Rousseff.

E um desses problemas



Moreira Menezes/Agência Senado

diz respeito à falta de pesquisas para que se saiba que tipo de formação deve-se oferecer ao trabalhador a fim de que ele possa atuar no mercado de trabalho.

Sem essa informação, acrescentou, são abertos cursos para capacitar pessoas que, no entanto, não encontrarão emprego em suas regiões.

## Projeto prevê cotas em universidade federal para pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência poderão ser incluídas na política de cotas adotada pelas universidades e escolas técnicas federais. Um projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) insere esse grupo entre os beneficiários da medida já listados na Lei 12.711/2012, que regula o ingresso nessas instituições de ensino. A proposta (PLS 46/2015) está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e tem Davi Alcolumbre (DEM-AP) como relator.

O parâmetro usado pelo projeto para inclusão escolar das pessoas com deficiência é o Decreto 5.296/2004, que regulamenta o atendimento prioritário em repartições públicas e bancos e as normas de acessibilidade para quem é deficiente ou tem mobilidade reduzida. O critério de preenchimento dessas vagas especiais será o mesmo já seguido para pretos, pardos e indígenas: igual, no mínimo, à proporção de cada

segmento na população do estado onde a instituição está instalada.

“Os cidadãos e cidadãs com deficiência podem contribuir muito para o desenvolvimento social se receberem as oportunidades que lhes são devidas”, justifica Cássio no texto.

Assim como já é previsto para pretos, pardos e indígenas, os portadores de deficiência inseridos no programa de cotas da Lei 12.711/2012 estarão sujeitos à revisão dos critérios de concessão do benefício em 2022, quando a lei completa dez anos. O projeto também mantém a implementação gradual da reserva de vagas para quem tem deficiência.

A meta de inclusão total, seguindo a proporção do segmento na população, deverá ser cumprida em quatro anos. Mas, no caso das pessoas com deficiência, só vai começar a ser contada um ano após a publicação da lei gerada pelo projeto.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O ingresso em universidades federais, como a UnB, pode ser facilitado pela lei

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Reforma política**  
14h Na pauta, a PEC 40/2011, que permite coligações partidárias apenas nas eleições majoritárias.
- PRESIDÊNCIA Violência contra mulher**  
15h Abertura dos trabalhos da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher no Salão Nobre do Senado; às 16h, ordem do dia.
- CCT Outorga de rádios**  
9h A Comissão de Ciência e Tecnologia vai analisar 2 projetos, 4 requerimentos e outorgas de rádios.
- CAE Início dos trabalhos**  
10h Instalação da Comissão de Assuntos Econômicos e eleição do presidente e vice para o biênio 2015–2016.

- CMA Palma de óleo**  
10h A Comissão de Meio Ambiente aprecia requerimentos e avalia a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil.
- CE Requerimentos**  
11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem reunião deliberativa para apreciação de requerimentos.
- CRE Instalação e eleição**  
11h Instalação e eleição do presidente e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores para o biênio 2015–2016.
- PAUTA FEMININA Comissão mista**  
15h Solenidade de instalação da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher no Salão Nobre do Senado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Veto a reajuste na tabela do IR volta à pauta

Outros oito vetos devem ser avaliados na sessão do Congresso marcada para amanhã de manhã. Também pode ser votada a proposta de Orçamento da União para 2015

O CONGRESSO NACIONAL se reúne amanhã, às 11h, para analisar nove vetos presidenciais. O veto ao reajuste na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, o mais polêmico,

passou a trancar a pauta de votações na quarta-feira.

Também está na pauta o projeto de resolução que regulamenta a cédula eletrônica para apreciação dos vetos

presidenciais (PRN 1/2015). A discussão foi iniciada em 24 de fevereiro, mas a definição acabou adiada por divergências quanto à forma de votação de destaques.

A sessão pode servir ainda para votar o Orçamento de 2015 (PLN 13/2014). O relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), concluiu na semana passada a revisão do

texto aprovado no ano passado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para incluir emendas dos novos parlamentares eleitos em outubro, no valor total de R\$ 2,67 bilhões.

## Contribuição menor à Previdência é um dos textos vetados por Dilma

O Veto 34/2014 foi apostado por Dilma Rousseff ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 161/2009, que reduzia a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos. Dos atuais 12%, os patrões passariam a pagar para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) 6% do valor do salário. Os empregados, que hoje pagam entre 8% e 11%, também passariam a pagar 6%. A proposta ainda cria uma guia exclusiva para o recolhimento da contribuição previdenciária.

Na justificativa do veto integral, a presidente diz que o projeto contraria o interesse público. Com a mudança, o governo deixaria de recolher cerca de R\$ 600 milhões por ano, o que, argumenta, “não é condizente com o momento econômico atual”. Dilma defendeu a regulamentação da matéria com a aprovação do PLS 224/2013, que prevê alíquota única de 20% para recolhimento do FGTS e das contribuições sociais, o SuperSimples Doméstico.

## Redução da jornada de psicólogo prejudicaria municípios, diz presidente

Vetado integralmente, o projeto de Lei da Câmara (PLC) 150/2009 tratava da jornada de trabalho do psicólogo e alterava a Lei 4.119/1962. Pela proposta, a duração da jornada de trabalho dos psicólogos, bem como a definição do percentual de remuneração extraordinária, devem ser fixados por instrumento coletivo de trabalho.

Em sua mensagem de veto encaminhada ao Congresso, a presidente da República alega que o projeto foi vetado integralmente por ser contrário ao interesse público. De acordo com o Executivo, a redução da jornada semanal proposta impactaria o orçamento de entes públicos, notadamente municipais, com possível prejuízo à política de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O governo argumenta ainda que o projeto poderia elevar o custo também para o setor privado de saúde, com ônus ao usuário.



Última sessão do Congresso, em 24 de fevereiro, terminou sem votação de vetos e de projeto sobre cédula eletrônica

## Correção maior no imposto custaria R\$ 7 bi, sustenta o governo

O Veto 4/2015 inclui vários temas relativos a impostos. Ao todos, são 213 dispositivos vetados no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/2014, resultante da MP 656/2014. O mais polêmico é o reajuste de 6,5% da tabela progressiva mensal de retenção do Im-

posto de Renda Pessoa Física (IRPF), incluído pelos parlamentares durante a tramitação da MP no Congresso.

Um reajuste menor, de 4,5%, estava previsto em outra MP (644/2014), que perdeu a vigência em 2014. Com isso, os parlamentares decidiram

incluir o reajuste na MP 656, mas em percentual superior ao indicado pelo governo. Nas razões do veto, a presidente Dilma Rousseff aponta uma renúncia fiscal na ordem de R\$ 7 bilhões, não acompanhada da devida estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

## Senadores analisam mudanças no Estatuto da Metrópole

A presidente Dilma Rousseff decidiu fazer dois vetos ao Estatuto da Metrópole (Lei 10.257/2001). O projeto que deu origem à lei havia sido aprovado no Senado em dezembro.

O Veto 3/2015 impede que a lei seja aplicada às cidades que, mesmo se situando no território de apenas um município, configurem uma metrópole. O mesmo veto alcança o Distrito Federal. Dilma argumenta que, ao tratar de regiões metropolitanas, aglomerações

urbanas e microrregiões, a Constituição faz referência a agrupamento de municípios. Assim, as inclusões no Estatuto da Metrópole de território de um único município isolado e do Distrito Federal não têm amparo constitucional.

A presidente também vetou dois artigos que tratam do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado. Nas razões do veto, alega que a criação de fundos cristaliza a vinculação a finalidades

específicas, em “detrimento da dinâmica intertemporal de prioridades políticas”. Além disso, os fundos não assegurariam a eficiência que deve pautar a gestão de recursos públicos. Por fim, as programações relativas ao apoio da União ao desenvolvimento urbano integrado, presentes nas diretrizes que regem o processo orçamentário atual, podem ser executadas regularmente por meio de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União.

## Retração na arrecadação justifica recusa a projeto de mudança na LRF

Com a Mensagem 32/2014, o Executivo vetou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013 — Complementar, que alterava a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000). O projeto exigia quórum diferenciado para aprovação, pelo Legislativo, de convênios que concedam remissão dos créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios ou incentivos fiscais, entre outras alterações.

O governo alega que o veto justifica-se pela alteração da conjuntura econômica, uma vez que o projeto foi apresentado em momento de expansão da arrecadação.

## Descartado o uso de veículos apreendidos no transporte escolar

Um dos vetos totais da pauta (VET 33/2014) refere-se ao PLS 47/2008, que torna obrigatória a destinação, para o transporte escolar das prefeituras, dos veículos de transporte coletivo apreendidos e para os quais foi aplicada a pena de “perdimento”, por terem ingressado irregularmente no Brasil.

A presidente reconhece o mérito da proposta, mas alegou que ela poderia levar ao uso de veículos impróprios e não adaptados para o transporte de estudantes, por não contar com estrutura e equipamentos para essa destinação, pondo em risco a segurança dos usuários.

## Executivo rejeita proposta que definia a linha oficial de pobreza

Houve veto total (VET 36/2014) ao PLS 66/1999, que define a linha oficial de pobreza como “rendimento anual mínimo necessário para que um grupo familiar ou pessoa que viva sozinha possa adquirir os bens e serviços necessários para uma vida digna”. Esse valor, segundo o texto, deve ser usado como referência pelas políticas de erradicação da pobreza.

A presidente argumentou que a proposta teria sido apresentada em “contexto jurídico e social diverso do atual”, anterior à criação de programas como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria.

## Dupla associação de corretor de imóveis foi rejeitada integralmente

Dilma Rousseff vetou integralmente (VET 2/2015) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 96/2014, que permite a associação sem vínculo empregatício entre corretores e imobiliárias. Segundo a proposta, o corretor de imóveis pode se associar a uma ou mais imobiliárias, sem vínculo empregatício ou previdenciário. As partes devem, nesse caso, firmar um “contrato de associação”. O texto também determina o pagamento de contribuição sindical de R\$ 203,40.

Segundo a presidente, a proposta foi vetada integralmente porque a regra da contribuição sindical configuraria discriminação injustificada em relação a outras categorias. Sobre o restante do projeto, alegou que novo texto, “com redação mais adequada”, foi incluído na tramitação da MP 656/2014.

## LDO 2015 aprovada pelo Congresso teve 32 dispositivos vetados

O primeiro veto presidencial deste ano (Veto 1/2015) foi sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. A presidente Dilma Rousseff vetou 32 dispositivos do texto — entre eles, o artigo que ampliava o rol de metas e prioridades do governo este ano, que permaneceu apenas com o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e o Programa Brasil Sem Miséria.

Dilma argumenta que a medida “desorganizaria os esforços do governo para melhorar a execução, o monitoramento e o controle de suas prioridades já elencadas, afetando, inclusive, o contexto fiscal que o país enfrenta”.

Outro trecho vetado previa a publicação bimestral detalhada de financiamentos acima de R\$ 500 mil concedidos a estados, municípios e governos estrangeiros.

A presidente também vetou a concessão de auxílio-moradia a delegados e agentes federais que atuam em faixas de fronteira e uma emenda que determinava que o Executivo informasse os valores devidos pelo Tesouro Nacional ao FGTS.

# Reforma política deve incluir mais espaço no Congresso às mulheres

Senadoras e deputadas se mobilizam para apresentar propostas que possam ampliar a representação feminina no Congresso, nas assembleias estaduais e câmaras municipais

Janaina Araújo

MARÇO, MÊS DA mulher, será volta-do não somente para as homenagens e debates que ocorrem todos os anos no Congresso, mas terá também como foco campanha a favor de uma reforma política que garanta maior participação das mulheres. Desde o início do ano, as deputadas e senadoras estão empenhadas no tema, entrando em acordo para apresentar propostas que ampliem o número de cadeiras femininas nas duas Casas e para promover eventos em todo o país com essa reivindicação.

A campanha pela reforma política inclusiva já começou semana passada, quando a bancada feminina da Câmara e a do Senado reuniram-se com o presidente do Congresso, Renan Calheiros, na residência oficial para um almoço. Além do combate à violência contra as mulheres, Renan garantiu prioridade para a discussão de mais espaço no processo legislativo para as mulheres. Ele disse ainda que haverá outros encontros também com o presidente da Câmara.

— É muito importante que estejamos juntos na definição de uma agenda conjunta para que as duas Casas possam avançar na pauta de gêneros — ressaltou Renan.

Procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avalia que a cota de 30% das candidaturas para as mulheres nas eleições, prevista na Lei 9.504, de 1997, não se mostrou efetiva. Para ela, porém, é importante reeditar a mobilização feminina dos anos 90 que culminou nessa reserva. Ela enfatizou o lançamento da campanha por mais mulheres no Parlamento dentro da agenda de eventos em comemoração ao 8 de março.

— Estamos entrando com muita força na reforma política para exigir uma maior participação e presença das mulheres. Defendemos uma cota de gênero de no mínimo 30% das vagas para iniciar, até que cheguemos ao ideal, que é metade de homens e metade de mulheres no Parlamento — afirmou a senadora.

É o que Vanessa prevê em uma das duas propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre representação política das mulheres que ainda estão em fase de coleta de assinaturas para serem apresentadas (*leia texto ao lado*). O Legislativo dos três níveis federativos teria 30% das vagas destinadas às mulheres e a reserva de cadeiras crescerá de modo gradual, avançando 5% a cada eleição até os desejados 50%.



Em almoço com deputadas e senadoras na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu apoio à agenda proposta pelas parlamentares

A outra PEC é da senadora Marta Suplicy (PT-SP) e propõe que seja destinada uma vaga para cada gênero nas eleições em que o Senado renova dois terços das cadeiras. A mesma mudança é proposta em projeto (PLS 132/2014) do ex-senador Anibal Diniz que tem apoio da bancada feminina no Congresso. A diferença é que o PLS altera o Código Eleitoral (Lei 4.737/1965).

Em encontro na Zona Leste de São Paulo na sexta-feira, Marta ressaltou que a cidade também será palco do esforço para aumentar a representação feminina no Congresso.

— Aqui vamos lançar a campanha nacional Mais Mulheres na Política. Queremos 30% das vagas do Legislativo. Vamos conseguir isso e mais.

Ainda na lista de propostas em tramitação que são consideradas prioritárias para as parlamentares está o PLS 295/2011 — Complementar, de Gleisi Hoffmann (PT-PR). O projeto é outra tentativa de reservar 50% das cadeiras dos Legislativos federal, estadual, distrital e municipal para as mulheres e já está na pauta do Plenário, após análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Fundo Partidário

Outra iniciativa encampada pelas parlamentares para viabilizar a participação das mulheres na política é um projeto que será apresentado por Vanessa para alterar a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995), ampliando o uso dos recursos do Fundo Partidário. A lei prevê um

mínimo de 5% a ser aplicado na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. A senadora propõe que o fundo seja usado também para a campanha eleitoral das candidatas e que seja observado o percentual mínimo de 30%.

Na avaliação da senadora Ana Amélia (PP-RS), a queixa das candidatas que hoje usufruem da cota de 30% para concorrer aos cargos públicos mas que não têm o mesmo percentual de acesso ao fundo precisa aguardar a definição das regras de financiamento de campanha para ter fim.

— Vai depender da aprovação do financiamento de campanha, público ou misto, para que seja definida a repartição do Fundo Partidário que deverá beneficiar as mulheres — observou Ana Amélia.

## Para especialista, 8 de março é “dia de luta”, e não de receber flores e bombons

Nada de bombons e flores. Não que as mulheres não gostem dessas gentilezas, mas o problema é quando são oferecidas na homenagem ao 8 de março, “um dia de luta”, como definiu Angela Fontes, secretária-adjunta de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Ela participou na quinta-feira do Projeto Pautas Femininas, um dos muitos eventos previstos para este mês.

O debate foi o primeiro sobre reforma política inclusiva e reuniu senadoras, deputadas e representantes de órgãos públicos e da sociedade civil em defesa da mulher, além do coordenador de operações do Banco Mundial no Brasil, Boris Utria, e das embaixadoras de Nicarágua, El Salvador e Etiópia. Representando a ministra Eleonora Menicucci, Angela Fontes ressaltou que a luta pelos direitos das mulheres começou no século 19 e foi necessária quando a mulher passou a ser tratada como uma das riquezas das quais o homem se apropriou:

— É preciso mudar a cultura de apropriação da mulher pelo homem para diminuir as vulnerabilidades a que ainda estamos expostas. Para isso, é essencial atuar nas escolas, educando as crianças.

Angela disse ainda que é fundamental aumentar o financiamento de campanha das candidatas, pois atualmente os par-



Senadora Vanessa coordena debate da Procuradoria da Mulher do Senado com Angela Fontes e Boris Utria

tidos não apostam nelas, o que se reflete nos baixos percentuais de mulheres eleitas. Segundo a secretária-adjunta, menor ainda é a representação das etnias brasileiras entre as eleitas nas últimas eleições, tendo alcançado cadeiras na política apenas 0,6% de mulheres negras, 1,4% de pardas e 7,6% de brancas. Ela também chamou a atenção para a diferença salarial entre os sexos.

— À medida que a mulher avança na escolaridade, menor é o salário em relação ao do homem. A diferença, que não é tão grande nas remunerações mais

baixas devido à base representada pelo salário mínimo, chega a alcançar 30% nos cargos mais altos — criticou.

A dificuldade das mulheres em alcançar o topo foi abordada por Daniela Teixeira, secretária-geral do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal. Ela frisou que as mulheres são as primeiras colocadas no exame da Ordem, mas só ano passado conseguiram maior participação na instituição, com a aprovação da cota de 30% para composição feminina das chapas nas eleições internas.

— Estabelecer uma cota é tirar os homens que hoje ocupam as vagas e isso será alcançado, apesar da resistência deles — disse a conselheira.

## Cotas para o Judiciário

Daniela lamentou que, apesar de o Brasil ter uma mulher no cargo mais alto do país, a presença feminina não seja grande na equipe ministerial. A mesma situação, diz, se repete nos postos mais importantes das três carreiras jurídicas — magistratura, procuradoria e advocacia —, onde as mulheres são maioria apenas na base. A conselheira pediu ajuda do Legislativo para mudar a situação no Judiciário, concentrando esforços sobretudo em anos eleitorais, assim como ocorreu na OAB:

— As listas tríplices para os tribunais superiores devem obrigatoriamente trazer nomes femininos. É preciso que projetos de lei estabeleçam também cotas para o Judiciário, o mais machista de todos os Poderes. Até hoje nunca tivemos uma procuradora-geral da República.

Para a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), se, no Judiciário, onde a maioria dos cargos são alcançados por concurso, as mulheres enfrentam dificuldade, maior ainda é o desafio no Legislativo. Ela criticou também a baixa representação das mulheres negras na Câmara e no Senado.

## Elas têm 52% dos votos, mas só ocupam 11% dos cargos

Conforme a consultora legislativa do Senado Conceição Lima, as mulheres são a maioria do eleitorado, totalizando 7 milhões a mais de votos que os homens — ou 52% contra 48%. Contrasta com essa realidade o baixo sucesso eleitoral em 2014: só 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina é formada por 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e 13 senadoras (16% das 81 vagas).

O fenômeno deixa o Brasil somente à frente do Haiti no ranking de representação política feminina na América Latina. Conceição avalia que a falta de

## Campanha por maior representação feminina coleta assinaturas em Manaus

No último fim de semana, a coalização de senadores e deputados federais que defendem projeto de lei de iniciativa popular por eleições mais democráticas coletou centenas de assinaturas em Manaus, em parceria com eventos relacionados ao Dia Internacional da Mulher.

No centro da capital amazonense, a mobilização pelas assinaturas, comandada pela senadora Vanessa Grazziotin, teve o apoio da União Brasileira de Mulheres (UBM).

Segundo Vanessa, o projeto de iniciativa popular defende, além de temas mais gerais da reforma política, como a proibição das doações de empresas a campanhas políticas, paridade de gênero na lista preordenada de candidatos, o que favoreceria maior participação das mulheres nas três esferas do Legislativo.

— Apesar de as mulheres serem 52% do eleitorado de nosso país, estamos em apenas 10% dos assentos nos Paramentos municipais, estaduais e no federal — afirmou.

De acordo com o projeto, pelo menos 30% dos assentos nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no Congresso Nacional serão ocupados por mulheres.

Maria Célia, trabalhadora do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM), disse que só com representantes femininas as mulheres poderão ter leis mais condizentes com as necessidades delas.

A coleta de assinaturas segue nas próximas semanas em Manaus e em outras cidades do país. Em cada estado, a campanha é coordenada pelos deputados federais e senadores que representam a unidade da Federação.



Mulheres assinam projeto de iniciativa popular durante mobilização em Manaus, no fim de semana

## Senado entrega Prêmio Bertha Lutz pela 14ª vez em sessão solene

Amanhã, às 14h, no Plenário do Senado, haverá sessão para homenagear o Dia Internacional da Mulher e entregar o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, pela 14ª vez, a personalidades que contribuíram para a defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no país.

### Agraciadas

**Creuza Maria Oliveira**, nascida na Bahia, é presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Começou a trabalhar aos 10 anos e somente aos 21 teve a carteira assinada, recebeu o primeiro salário e começou a ser alfabetizada.

**Cármem Lúcia** é ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Doutora em direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), também foi procuradora do estado de Minas Gerais e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Clara Araújo** foi a primeira mulher a presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1982. É graduada em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi uma das fundadoras da União Brasileira de Mulheres (UBM).

**Mary Garcia Castro** é pesquisadora sobre direitos humanos de mulheres e jovens na América Latina. Doutora em sociologia pela Universidade da Flórida, publicou vários livros relacionados a temas de gênero, movimentos sociais, identidades e cidadania. Devido à ditadura militar, teve que sair do país. Como professora universitária aposentada, ministra palestras para formação de lideranças feministas em todo o Brasil.

**Maria Elizabeth Teixeira** é a primeira ministra empossada presidente do Superior Tribunal Militar (STM). Bacharel em direito pela PUC Minas, foi procuradora federal na Advocacia-Geral da União (AGU).

**Ivanilda Pinheiro Salucci** é educadora social. Ajudou a fundar o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima e hoje trabalha com crianças e suas famílias em área de risco de Boa Vista. É membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual.

**Débora Martins Bonafé dos Santos** (in memoriam) Psicóloga e fundadora da Associação SOS Mulher Família de Taubaté.

### Saiba mais

Vídeo com entrevistas ao Especial Cidadania <http://bit.ly/cidadania504>

Programação Mês da Mulher <http://bit.ly/programacaoMesMulher>

Procuradoria da Mulher do Senado [www.senado.leg.br/procuradoria](http://www.senado.leg.br/procuradoria)

Procuradoria da Mulher da Câmara <http://bit.ly/procuradoriaCamara>

Lei 9.504/1997 <http://bit.ly/Lei9504de97>

PLS 132/2014 <http://bit.ly/PLS132de2014>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Conceição e Daniela defendem maior presença feminina nos Poderes Legislativo e Judiciário

# Pauta da semana tem 3 textos da reforma política

Plenário deve analisar a proposta que proíbe coligação em eleição para deputado e vereador, a que trata da reeleição no Executivo e a que fixa regra para criação de partido

A PAUTA DESTA semana tem como principal tema a reforma política. Os senadores devem discutir três propostas de emenda à Constituição (PECs): uma trata da proibição de coligações partidárias nas eleições para deputados federais e estaduais e vereadores; outra, da desincompatibilização do presidente, governador e prefeito que queiram se reeleger; e a terceira determina novos critérios para criar partidos.

As PECs devem passar por votação em dois turnos, com cinco sessões de discussão no primeiro e três sessões no segundo. Para a aprovação, são necessários os votos de pelo menos três quintos dos senadores (49 parlamentares).

A primeira proposta da pauta é a PEC 40/2011, do ex-senador José Sarney, que restringe as coligações. O texto aguarda votação em primeiro turno. Pelas regras em discussão, as coligações valerão somente para eleições majoritárias (presidente, governador, senador e prefeito), sendo vedada a associação de partidos para as disputas de deputados federais e estaduais e de vereadores.

A justificativa, segundo os de-

fensores da PEC, é que, nas eleições proporcionais — em que o número de votos do partido conta mais que o do candidato —, as coligações por vezes são feitas por conveniência, com o objetivo de aumentar o tempo de propaganda de rádio e TV e permitir que partidos menores atinjam o quociente eleitoral (número de votos necessários para eleger parlamentar).

Outra proposta na pauta é a PEC 73/2011, que pode tornar obrigatória a renúncia dos chefes do Executivo (presidente, governadores e prefeitos) candidatos à reeleição. O texto original, do ex-senador Wilson Santiago, referia-se à obrigação de “afastamento do cargo”, mas o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), entendeu que a redação poderia dar margem a interpretações de que o afastamento não seria definitivo. A PEC tem que passar por três sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno.

Outro texto que será discutido em três sessões é a PEC 58/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que eleva de 0,5% para 3,5% o percentual do eleitorado exigido para o registro dos novos partidos.



Eleitoras de Taguatinga (DF) em 2014: Senado analisa mudanças nas leis eleitorais, como a que prevê criação de partidos

## Plenário analisa política contra *bullying*

Fora do tema reforma política, está pronta para votação no Plenário a PEC 32/2010, que garante ao Tribunal Superior do Trabalho o status de tribunal superior. A PEC deixa expressa na Constituição a competência do TST para impor a autoridade de suas decisões aos órgãos judiciários a ele subordinados. Além

disso, estende os requisitos de notável saber jurídico e reputação ilibada — já exigidos dos indicados a ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — entre as condições de nomeação para o TST.

Também podem ser votados o PLC 68/2013, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática

(*bullying*); o PLS 201/2013, que cria um novo limite ao ICMS das pequenas empresas; e o PLS 279/2012, que reduz para 60 anos a idade mínima para recebimento do benefício de prestação continuada (BPC). Atualmente, o benefício, de um salário mínimo mensal, é pago para idosos acima dos 65 anos.

## Blairo: só pessoa física deveria financiar campanha eleitoral

Blairo Maggi (PR-MT) disse que a reforma política deve contemplar o fim do financiamento de campanha por empresas privadas, embora acredite que o financiamento exclusivamente público não seja a solução. Em sua avaliação, a lei deveria permitir a contribuição de pessoas físicas.



Moreira Matiz/Agência Senado

Ele se posicionou pelo fim das coligações em eleições para vereador e deputados federal e estadual e defendeu mandato único de cinco anos para cargos no Executivo.

O senador é contra a reeleição para o Executivo por entender que o candidato acaba tendo vantagem em relação aos concorrentes. Por fim, defendeu eleições em uma única data para todos os cargos.

— São pontos básicos de uma reforma política que tem como objetivo reduzir custos, que sejamos mais transparentes, que não tenhamos governos estabelecidos com faca no pescoço, porque tiveram 15, 20 partidos que os apoiaram e cada um quer um espaço. Eu não quero mais isso para o meu país, eu quero que a política seja transparente — declarou.

## Paim pede aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação do projeto dele que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, semana passada, na Câmara. Segundo o senador, a proposta contém melhorias para a vida dos 45 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência, como garantia de acessibilidade, reserva de 5% das vagas nas universidades e reabilitação pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

— É assegurado à pessoa com deficiência o direito a exercer a guarda, a tutela, ser adotante em igualdade de oportunidade como as demais pessoas. Como forma de facilitar o atendimento, ficou assegurada a preferência no acesso aos serviços públicos, processos judiciais e administrativos, prioridade na restituição do Imposto de Renda e em toda situação de socorro. Ficou reservado um mínimo 3% de unidades habitacionais para atender pessoas com deficiência nos programas governamentais.

Paim contou que o discurso de ontem foi escrito por Luciano Ambrósio e Sandro Fagundes, deficientes que trabalham com ele e participaram do projeto de inclusão. Na Câmara, a proposta teve a relatoria da deputada Mara Gabrilli, que é cadeirante.

## Bezerra lamenta invasão de fazenda e destruição de mudas

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) lamentou que cerca de 1.000 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tenham invadido, semana passada, uma fazenda da empresa FuturaGene, em Itapetininga (SP), destruindo estufas com milhares de mudas de eucalipto.



Moreira Matiz/Agência Senado

Essas mudas eram de uma nova variedade que estava em desenvolvimento desde 2006 e se destinava a aumentar a produção em 20%, informou o senador.

Bezerra leu matéria publicada na revista *Veja* desta semana, intitulada “Pesquisa arrasada”, e disse que o caso lembra outro ocorrido em 2006, quando uma fazenda da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul foi também invadida por integrantes da Via Campesina.

— A FuturaGene pertence à Suzano Papel e Celulose, companhia brasileira que emprega 7 mil pessoas, faturou no ano passado R\$ 4,2 bilhões em vendas para o mercado externo e investe mais de R\$ 1, 8 bilhão em pesquisas e na expansão dos negócios. Para os vândalos do MST, nada disso importa — lamentou o senador.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretor de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Rodrigo Chia  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Parlamentares dizem que as repercussões da operação da Polícia Federal devem, sim, ser analisadas pelo Senado, porém sem levar à paralisia dos trabalhos legislativos

# Para senadores, Lava-Jato não pode parar a Casa

AS REPERCUSSÕES DA Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que investiga corrupção na Petrobras, não podem imobilizar o Senado. É isso o que têm cobrado senadores de diversos partidos desde a semana passada, quando o meio político ainda vivia a expectativa da divulgação dos nomes investigados pelo Ministério Público. O mote voltou a ser repetido ontem, após a publicação da lista.

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), afirmou na quinta-feira que a prioridade da Casa será a de seguir votando sua pauta:

— A questão da Lava-Jato está na mão da Justiça. Isso não pode e não vai interferir no dia a dia da Casa. Nós temos que tratar de questões de interesse do país e são dois grandes temas: os ajustes econômicos e a reforma política. Isso está bem claro.

José Agripino (DEM-RN) concordou que as reformas estruturais, encabeçadas pela reforma política, devem continuar no topo das preocupações do Senado. Ele entende que a Lava-Jato

não pode ser ignorada, mas não pode monopolizar as discussões.

— A Lava-Jato é uma das questões, mas as reformas são a cabeça das nossas responsabilidades, o que precisamos dedicar mais atenção. O Senado tem obrigações constitucionais e vai cumpri-las todas.

Com a lista de nomes investigados na Lava-Jato tornada pública, os senadores reagiram ontem conclamando o Congresso a não cair na paralisia. O líder do Bloco de Oposição, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse ser inevitável que a Operação Lava-Jato seja assunto entre os parlamentares, mas espera que, justamente por isso, o Senado consiga manter-se propositivo:

— Temos que trabalhar para reduzir as consequências do impacto desse novo momento que o Congresso vai viver. É um momento difícil da história do país e temos que deliberar aqui em questões cruciais para superar essa crise.

O líder do PT, Humberto Costa (PE) — um dos mencionados na lista de pedidos de abertura de inquérito do

procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a partir da Operação Lava-Jato —, disse que o Congresso deve seguir a rotina de votações e aguardar a Justiça tomar decisões antes de se envolver com o caso.

— A postura do Congresso tem que ser, acima de tudo, de sobriedade: cumprir sua responsabilidade, continuar votando matérias importantes e, no momento adequado, manifestar-se sobre as decisões que a Justiça tomar.

## Responsabilidade

Ana Amélia (PP-RS) disse que o Senado recebe as informações sobre a Lava-Jato com “perplexidade” e que elas terão impacto na Casa. No entender dela, porém, o Senado não pode perder o “senso de responsabilidade”.

— Isso seguramente contaminará o processo do trabalho legislativo, que já está muito atrasado. Precisamos tratar dessa questão com a excepcionalidade que ela merece, não para beneficiar ninguém, mas para que esta Casa não se paralise e para que o Congresso não

sangre em mais uma crise, que é de todas as ordens: política, econômica e moral.

A Lava-Jato e seus desdobramentos também podem afetar o andamento da reforma política no Senado — que, segundo alguns parlamentares, já não é dos melhores. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) vê isso como possibilidade.

— Eu torço para que não haja essa interferência. Isso depende muito das opções a serem feitas pelo presidente do Senado. Eu quero acreditar que esses acontecimentos não podem ser objeto de paralisia da nossa pauta e da nossa agenda. O Congresso precisa funcionar independentemente disso.

Por outro lado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acha que o cenário político turbulento gerado pela operação da Polícia Federal pode provocar transformações estruturais. Assim, a Lava-Jato poderia ser “aliada da reforma política”.

— Quanto mais a situação ferve, maior a possibilidade de a gente transformar o debate da reforma política em decisões do Congresso.

## Humberto afirma que é inocente e critica “tribunal da culpa prévia”

Em discurso, Humberto Costa (PT-PE) se disse surpreso e indignado pela citação de seu nome entre os políticos que serão investigados por suposto envolvimento em irregularidades na Petrobras. Ele se declarou inocente.

— Em três décadas de vida pública, não há nenhum ato que eu tenha praticado do qual possa me envergonhar. Sempre pautei minha conduta pela lisura, pela correção, pelo respeito à coisa pública e, especialmente, pelo respeito àqueles que sempre me honraram com seus votos e sua confiança.

Humberto lembrou que em 2006 foi acusado de envolvimento nas irregularidades apontadas pela Operação Vampiro, mas foi inocentado no final.

— Agora, lamentavelmente, a história se repete. Novamente sou lançado à arena do espancamento público e ao açodado tribunal da culpa prévia, no qual um pedido de investigação, baseado em elementos frágeis, é antecipadamente transformado em sentença condenatória nos veículos de comunicação e nas redes sociais.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Ana Amélia cobra rapidez na investigação de políticos suspeitos

Ana Amélia (PP-RS) cobrou rapidez da Justiça na investigação dos políticos apontados pelo Ministério Público como participantes do caso de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato.

A senadora disse que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é um agente de Estado e tem que exercer suas funções com independência, mas ressaltou que o tempo do julgamento dos políticos é crucial para esclarecer a participação de cada um no escândalo.

Ana Amélia lamentou que o seu partido, o PP, tenha o maior número de parlamentares na lista do procurador-geral, sobretudo os do Rio Grande do Sul. No entanto, afirmou que os envolvidos têm direito à plena defesa, para que não sejam vítimas de injustiça.

— Quanto à questão da Operação Lava-Jato, quanto mais rápido as instituições trabalharem, melhor para o país, porque esta Casa e a Câmara têm desafios enormes em relação a esse processo. E repito: a minha régua moral é a mesma para o meu adversário e para o meu correligionário.



Moneira Moritz/Agência Senado

## Para Collor, Ministério Público age de forma “parcial, irretratável e covarde”

Fernando Collor (PTB-AL) questionou em Plenário a forma como foram divulgados o nome dele e os de outros 46 políticos que serão investigados por suposta participação no esquema de desvios da Petrobras revelado pela Operação Lava-Jato.

O senador reclamou o direito de defesa previsto numa súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) e se queixou da falta de acesso aos autos para esclarecer pontos levantados pela investigação.

— Isso chega a ser agressão. Sonegar as informações das pessoas citadas definitivamente não se coaduna com o estado de direito — afirmou.

Collor atribuiu ao Ministério Público uma “postura parcial, irretratável e covarde”. Segundo ele, um “grupelho” em conluio com meios de comunicação teria influenciado o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para atuar com “desrespeito deliberado às autoridades constituídas”. Ele apontou falhas nos processos para autorização de abertura de inquéritos, baseada apenas no depoimento de “notórios contra-ventores da lei” beneficiados pela delação premiada.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Segundo Alvaro Dias, pannelço é resultado da “indignação popular”

Alvaro Dias (PSDB-PR), criticou a fala da presidente Dilma Rousseff, opinando que os discursos em rede nacional caíram na “banalização” e que a presidente “perdeu por não ficar calada”. Para o senador, Dilma sofreu uma perda absoluta de credibilidade depois da campanha eleitoral de 2014 e hoje tenta fugir da responsabilidade pela crise causada pelo que chamou de “reforma às avessas” promovida pelos governos do PT. Ele considera o pannelço uma reação justa, que deve ser atribuída não à oposição partidária, mas à indignação do povo que deseja uma mudança radical no país.

— A presidente teve que ouvir o pannelço, manifestação livre e democrática de uma população que vê sua paciência se esgotar diante das mazelas nacionais sem solução da parte do governo. Não aceitam transferir responsabilidade para a crise internacional, quando outros países adotaram as providências de forma competente e superaram dificuldades.



Moneira Moritz/Agência Senado

## Vanessa pede cautela para que não haja condenações antecipadas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), referindo-se à Operação Lava-Jato, recomendou cuidado para não se condenar ninguém antecipadamente:

— As investigações precisam ser aprofundadas para que depois se defina quem deve ser punido, e punido com o rigor da lei.

Ao comentar o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff no domingo, a senadora lamentou o desrespeito à figura da maior autoridade do país, citando os xingamentos veiculados em redes sociais. Ela disse que protestar contra o governo é “justo, legítimo e democrático”, mas que não são democráticos “o desrespeito e o golpismo”.

— O momento é delicado. Exige de todos nós unidade, inclusive daqueles que não apoiaram a presidente Dilma, porque o que tem que estar em jogo não é seu mandato. O que tem que ser questionado são as medidas que o Brasil precisa adotar para atravessar este momento de crise, que é crise econômica, mas que é crise política também.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Envolvidos na operação devem dar explicações à sociedade, diz Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) disse que o Brasil precisa passar por uma reforma moral. Para o senador, “há quem confunda democracia com corrupção”.

— Já vejo as ruas gritarem por um governo ditatorial, porque há uma confusão de valores. Hoje, aqueles que não viveram a falta de liberdade de um governo ditador entendem que é muito melhor, talvez, um governo sem o processo democrático do que uma democracia banhada por corrupção. É preciso que a gente mude!

Telmário cobrou seriedade na política e disse que todos os envolvidos na Operação Lava-Jato devem explicar-se à sociedade e dizer se tem cumplicidade, para evitar uma zona de penumbra na política em razão da falta de esclarecimentos.

— Este Senado tem que responder à sociedade brasileira. Este Senado aqui tem história. Neste Senado, homens de cidadania, de brasilidade, sentaram aqui e conduziram essa Casa. Nós temos que ter essa obrigação — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Redução do preço do diesel, reajuste do frete e abertura de crédito para compra de caminhões por autônomos foram algumas das reivindicações apresentadas no Senado

## Comissão recebe pedidos de caminhoneiros

OS CAMINHONEIROS VOLTARAM a transportar mercadorias pelo país, mas em Brasília as negociações continuam intensas para evitar novas paralisações de motoristas. Hoje representantes da categoria pedirão ao governo redução do PIS e Confins sobre o diesel, tabela mínima de preço de frete e abertura de linha de crédito especial com limite de R\$ 50 mil e juros de 2,5% ao ano para transportadores autônomos, com 24 meses para pagar.

Além disso, eles querem um fórum permanente de debate sobre demandas da categoria e o perdão de multas, notificações e processos judiciais aplicados na paralisação.

Segundo Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), se as reivindicações forem atendidas, haverá uma injeção de R\$ 4 bilhões na economia. Em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, ele defendeu reserva de

mercado de 40% dos produtos transportados para autônomos.

Dahmer lembrou que, desde maio de 2014, a Secretaria-Geral da Presidência da República vinha sendo avisada de que a situação dos caminhoneiros estava chegando a um ponto insustentável.

O Palácio do Planalto recebeu, na época, lembra o dirigente, um grupo de 30 sindicalistas. Eles pediram renegociação de dívidas e financiamentos, criação de programa de renovação da frota dos autônomos e implantação de pontos de parada com alimentação, segurança e estrutura de saúde e pouso. Também reivindicaram melhoria das condições das rodovias e criação de secretaria especial do setor, hoje responsável pelo transporte de 64% de tudo o que é produzido no país.

Algumas providências foram tomadas, como o planejamento de pontos de parada, o aumento da diária a partir da quinta hora e flexibilização da jornada de trabalho.

A maior parte dessas garantias está na Lei 13.103/2015.



Presidente da CDH, senador Paim fala durante o debate que reuniu representantes dos caminhoneiros e do governo

Contudo, o preço do óleo diesel não foi tratado e ainda representa 60% do custo de transporte. Por causa disso, explicou Dahmer, seria impossível estancar o processo de desvalorização da atividade que culminou na greve da última semana.

De acordo com o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS),

um caminhão parado dá prejuízo, mas um trafegando dá mais ainda, pelos custos de peças, combustível e seguro. O senador defendeu a correção da tabela de frete todas as vezes em que o diesel subir.

O presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões São José, Valdemar Hahn Raupp, contou que o motorista

hoje está tirando dinheiro de poupança para pagar despesas do caminhão.

— Não somos bandidos. Nós somos cidadãos brasileiros. Nosso frete não compensa. O óleo diesel está muito caro e o frete, baixo. O governo tem de enxergar que o Brasil hoje é comandado pelo transporte de caminhão. A presidente disse que não precisa de caminhão, mas ela está enganada. O caminhão hoje sustenta o país inteiro com alimentos.

O presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (RS), Nelson Selau, disse que o Programa Procaminhoneiro, que ajuda na compra dos veículos, tem uma grande falha de, ao financiar caminhões, exigir a compra do seguro casado, que muitas vezes significa R\$ 30 mil, o que inviabiliza a contratação do empréstimo.

Paim também frisou como fundamental na pauta de reivindicações a construção de postos de parada específicos para a categoria, uma vez que os caminhoneiros não podem parar em acostamentos, não são aceitos na maioria dos postos de combustível e não podem circular depois de determinado número de horas ao volante.

## Para federação, nova jornada é inconstitucional

O presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, Valdir de Souza Pestana, anunciou durante a audiência pública que a entidade deve ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei 13.103/2015, recentemente sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A federação representa 84 sindicatos.

Pestana lembrou que a lei modifica a jornada de trabalho dos motoristas que têm carteira assinada, possibilitando jornada de 12 horas seguidas, sendo 4 extraordinárias, desde que haja esta previsão em acordo coletivo. A redação anterior da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) admitia a prorrogação de apenas duas horas extras às oito regulares.

A auditora fiscal do trabalho Jacqueline Carrijo afirmou que, se houvesse fiscalização, a lei anterior, que determinava oito horas de trabalho com o máximo de duas horas extras, teria sido cumprida. O procurador regional do Trabalho da 10ª Região, Adélio Justino Lucas, que participou da elaboração da proposta da lei anterior (Lei 12.619/2012), disse que o Ministério Público do Trabalho não pode concordar com a nova jornada, segundo ele, excessiva.

José Medeiros (PPS-MT), que é servidor de carreira da Polícia Rodoviária Federal, concordou ser preciso discutir a jornada de trabalho dos motoristas. Para o senador, a greve dos caminhoneiros está focada apenas em questões econômicas, como o valor do frete e seguro.

— O principal, a engrenagem mestra que move o setor, que é o motorista, eu não estou vendo inserido nessa discussão. Ela está muito na questão financeira. E quanto a esse profissional que vem há muito tempo aí sendo negligenciado pelo governo, por toda a sociedade até, nós não estamos avançando — reclamou.

Medeiros contou que assistiu por 20 anos à degradação dos caminhoneiros, que passaram do uso do rebite à cocaína e ao crack.

Representando o governo, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos, disse que tanto a agência quanto o Ministério dos Transportes estarão empenhados em resolver as demandas dos caminhoneiros.

— Estamos prontos para o debate. O governo está disposto a negociar, a debater e a chegar a uma conclusão. Estamos preocupados em melhorar a condição dos caminhoneiros do Brasil — afirmou.

Ele também garantiu que os pontos de parada serão iniciados ainda neste ano, “com toda a estrutura que o caminhoneiro merece”.

### Pautas distintas

Do debate na CDH, participaram representantes de motoristas celetistas (com carteira assinada por empresas), de autônomos e do governo.

Em alguns aspectos, as reivindicações do primeiro grupo não coincidem com as do segundo. Hélio José (PSD-DF) pediu a unificação das pautas porque há demandas muito distintas.

## Duas comissões permanentes devem definir presidentes hoje

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) devem eleger hoje seus presidentes. Na CRE, o nome indicado é o de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS) deve assumir a presidência.

As sessões para instalação das duas comissões e eleição dos presidentes estão marcadas para as 10h, na CAE, e as 11h, na CRE. Os nomes dos indicados para a vice-presidência das comissões ainda não foram oficializados. As

indicações caberão ao PMDB.

Quatro outras comissões ainda não tiveram presidentes indicados. Três delas devem ser presididas por senadores do PMDB: as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infraestrutura (CI). A Comissão Senado do Futuro (CSF) caberá ao PTB.

Nem todos os membros das comissões foram indicados, mas os trabalhos podem começar mesmo assim. A primeira reunião pode ocorrer com a

maioria simples dos membros presentes. A reunião dedicada à escolha do presidente é presidida pelo senador mais idoso entre os integrantes da comissão.

Na semana passada, 6 das 12 comissões permanentes do Senado elegeram presidentes para o biênio 2015–2016. Com a eleição, foram confirmados formalmente os nomes anunciados na semana passada, após entendimento entre líderes partidários.

Os nomes já oficializados são: Cristovam Buarque (PDT-DF) na Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Paulo Paim (PT-RS) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); Otto Alencar (PSD-BA) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ana Amélia (PP-RS) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Davi Alcolumbre (DEM-AP) na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e Romário (PSB-RJ) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).